

Não existe um "lobby" na Constituinte

Deputados lamentam a desmobilização dos empresários do setor

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

Até agora não existe praticamente qualquer "lobby" na Assembleia Nacional Constituinte, com vistas a garantir que a futura Constituição contemple as reivindicações do setor turístico do País, como a criação de novos mecanismos de fomento e investimentos na área, a volta dos jogos conhecidos como de azar (cartas, roletas, etc.) em determinadas áreas de fronteira ou a criação do "dólar-turismo". A desmobilização do setor foi apontada pelos deputados Cunha Bueno (PDS-SP) e Rosa Prata (PMDB-MG), que inclusive apresentaram propostas à Constituinte, referentes ao desenvolvimento do turismo, ainda na fase de funcionamento das subcomissões.

Hoje, o projeto do deputado Bernardo Cabral tem apenas dois artigos que falam do turismo. O primeiro, com o número 316, dispõe que a armação, propriedade e tripulação de embarcações de esporte, turismo, recreio e apoio marítimo serão reguladas por Lei Ordinária. Já o artigo nº 394 incumbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios "promover e divulgar o turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico". Estabelece ainda o parágrafo único desse artigo, que compete a essas mesmas instâncias governamentais a criação de normas para o turismo, "inclusive para incentivos e benefícios fiscais pertinentes".

Para o deputado Cunha Bueno, esses dois artigos

estão longe de satisfazer as necessidades do setor. Mas ele disse que vai aguardar o relatório do deputado Bernardo Cabral, no próximo dia 24, para avaliar a necessidade de se apresentar novas propostas no período de 25 a 30 deste mês. Apesar de afirmar que o "lobby" dos empresários do setor é muito fraco, Bueno informa que existe na Constituinte um movimento de parlamentares com vistas a defender a liberação do jogo. Cunha Bueno, que exerce também a função de 4º secretário da Constituinte, disse que não tem conhecimento de todas as reivindicações da área turística e que nunca foi procurado por qualquer pessoa ligada a esse segmento econômico, no sentido de apresentar suas reivindicações ou para discutir sua proposta.

Ainda na Subcomissão, Cunha Bueno apresentou uma emenda ao relatório do senador João Calmon, sugerindo que os municípios considerados turísticos recebam dos Estados recursos na proporção de sua população flutuante. Sua proposta, porém, foi derrubada na fase seguinte da Assembleia Constituinte: a de discussão nas Comissões. Também o deputado Rosa Prata sugeriu na Subcomissão que fosse fixada como competência da União "planejar e promover o desenvolvimento nacional segundo princípios que reconheçam o turismo como agente do progresso". Prata acha que mesmo sem a manifestação dos setores interessados, sua proposta conseguiu ser mantida até hoje.

Ele considera que o objetivo básico de sua proposta

foi contemplada. "O turismo é uma fonte de recursos muito grande, que pode ser aproveitado para melhorar o aspecto social e econômico de muitas regiões", explica ele, afirmando que ainda está em tempo do pessoal ligado ao setor ou mesmo de moradores ou prefeitos de regiões turísticas ou com potencial turístico se mobilizar para intervir na Constituinte.

Na fase das discussões nas subcomissões — a primeira do processo de elaboração da nova Constituição — apareceram ainda emendas de dez outros parlamentares, como a do deputado Sérgio Spada (PMDB-PR), que sugeriu

"normas de incremento ao turismo"; Flavio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), propondo a criação de um colegiado comunitário de turismo nos municípios; Max Rosenmann (PMDB-PR), sugerindo que o Governo "garanta, proteja e estimule as atividades turísticas"; e até mesmo da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo, através da sua presidenta, Rosalina Barbosa Gonçalves, que reivindicou aos deputados que estabelecessem normas que disponha sobre a política de turismo.

Segundo informações do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que está trabalhando

do no registro de todos os temas tratados pela Assembleia Nacional Constituinte, em suas 11 fases desenvolvidas até agora, já foram registrados 133 documentos com referências à questão do turismo. Além das propostas contidas nos anteprojetos e projetos já apresentados, os constituintes redigiram 41 emendas ao anteprojeto do relator da Subcomissão à qual o assunto estava sendo discutido; 11 emendas ao relatório da Comissão; 13 emendas ao substitutivo do relator da Comissão e quatro emendas de mérito ao anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral.



ANC
p. 3

Caderno de Turismo